

# OS ESTUDANTES E A TRANSFORMAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

*Charles da França Antunes*

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense  
e professor no Departamento de Geografia  
da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade. (Scherer-Warren, 1987)

Qual a importância da participação dos estudantes na construção histórica da Geografia no Brasil após 1970? Qual o impacto do Movimento Estudantil sobre a formação dos estudantes e da Geografia brasileira? Quais os efeitos do Movimento Estudantil sobre a renovação da Geografia? Eis algumas questões que ganham entre nós significado especial, dada a presença marcante desse movimento na história recente de rupturas na Geografia brasileira.

Para responder a essas indagações é fundamental convencer a comunidade dos geógrafos de duas coisas, pelo menos: da importância da história dos estudantes de uma ciência para aqueles que a fazem e da relevância do Move-

mento Estudantil<sup>1</sup> de área na formação de uma comunidade científica e de um campo epistemológico.

Nesse sentido, o que se pretende é propor uma profunda mudança nos modos de olhar o Movimento Estudantil de Geografia, e, modificando um pouco o nosso léxico, perceber o que houve de *escola no movimento*, seu papel na formação profissional, sua importância na elaboração, apropriação e disseminação de idéias do campo semântico da ciência geográfica no Brasil nesse *fin de siècle*.

Essas opções todas resultam, entretanto, daquilo que a própria história recente da Geografia nos legou – a imensa proximidade entre o Movimento Estudantil de Geografia e as transformações percebidas nos anos posteriores a 1978. A teia que se foi urdindo, como podemos perceber entre os discursos que habitaram os eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e os fóruns dos estudantes, reclama uma investigação, uma vez que, depois daquela Fortaleza de julho, os estudantes passaram a ser considerados como *profissionais em formação*.

1. Os poucos trabalhos que existem sobre o Movimento Estudantil são unânimes em afirmar que, entre os diversos movimentos sociais existentes, este é o que menos se estuda ou aquele cujas investigações se realizam até hoje.

Os intensos movimentos executados pela ciência geográfica no percurso de sua renovação a partir da década de 1970 floresceram como crítica e renovação internas ao campo científico. Como afirma Moreira, “a renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que têm os seus intelectuais das questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise” (Moreira, 1992, p. 5). Nessa perspectiva, consideramos fundamental para a compreensão da dinâmica assumida pela ciência geográfica no Brasil, nas últimas décadas, o entendimento da intervenção do Movimento Estudantil de Geografia, num espectro científico e político.

Os estudantes que viam na Geografia Crítica alguma forma de instrumentalização, uma certa base teórica para poder fazer a sua militância política, não mais concebiam uma Geografia descolada da análise da realidade, de acordo com a qual, segundo Armando Corrêa da Silva: “A Geografia não tem por que continuar a ser um ‘pequeno mundo’ no qual vivem apenas professores, geógrafos profissionais e estudantes, olhando circunspectos e orgulhosos do seu próprio umbigo” (Silva, 1983, p. 134).

A necessidade de democratização da AGB e, conseqüentemente, da reformulação de seus estatutos, que previam uma participação diferenciada no quadro de possíveis associados – aqueles que de alguma forma tinham um envolvimento com a Geografia, profissionais ou estudantes –, marcou-se por importante episódio da vida dos estudantes de Geografia e, por razão direta, de sua organização. Nesse período compreendido entre os anos de 1978 e 1979, apesar de estarmos vivendo sob armas e amarras impostas pelo regime autoritário<sup>2</sup> que as elites brasileiras nos impunham sob guarda dos militares, os estudantes de todo o país, ainda que de maneira tímida, davam sinais de organização e reivindicação. Era o início de uma nova etapa na organização estudantil<sup>3</sup>.

Nesse processo que, de alguma maneira, colaborou na criação das condições favoráveis para que se acelerassem os debates sobre os rumos e a natureza dos discursos geográficos

no Brasil, merecem destaque o Movimento Estudantil e os geógrafos que militaram no âmbito da AGB. Não abandonando o conteúdo e o fio condutor do movimento, ativaram no âmbito geográfico a busca de maior espaço de atuação no interior de seus órgãos representativos, como a AGB, as próprias salas de aulas e outros locais, que, no cômputo geral, pudessem garantir a exposição e debates das questões pertinentes à ciência geográfica. Nessa direção, os estudantes começaram, com outros profissionais descontentes com os rumos da Geografia, a tomar posições estratégicas que ampliassem os locais de atuação. Dentro dessa conjuntura, vamos identificar a ocorrência de acontecimentos e sujeitos históricos que se tornaram os impulsionadores e, em parte, os responsáveis pelas metamorfoses que se iniciaram no interior dos discursos dessa ciência, no final dos anos de 1970 e início dos de 1980. Isso propõe que o caminho a percorrer em uma investigação sobre o Movimento Estudantil é fundamentalmente o da ação política mais geral, nomeadamente e conjunturalmente situada dentro de um processo social maior.

O Movimento de Renovação por que passou a Geografia é, com certeza, singular no conjunto das ciências no Brasil. E de onde vem esta singularidade? Podemos dizer que vem do olhar histórico do processo, um olhar que envolve os diversos sujeitos/atores que fazem parte dessa história.

Duas características são fundamentais para o entendimento da singularidade da renovação recente da Geografia. A primeira refere-se a forma/processo, que têm no ano de 1978 sua referência emblemática. Essa renovação é, ao mesmo tempo, epistemológica e política. As críticas que eram feitas e as insatisfações que acabaram por gerar a ruptura eram não apenas sobre qual estatuto epistemológico a Geografia deveria ser produzida nas universidades e nas escolas, remetendo a um olhar científico, mas também sobre qual e para quem seria produzida a Geografia, completando um claro projeto de sociedade, do qual a Geografia deveria participar.

2. A emergência do Estado ditatorial correspondeu a um objetivo estrito: era necessário reorganizar as condições de acumulação pela via monopolista, garantindo assim a continuidade do capitalismo dependente; para isso, seria preciso, em primeiro lugar, promover a exclusão política das classes populares, desarticulando, pelo controle estrito ou pela repressão aberta, suas instituições de organização de classe e participação política (Cf. O'Donnell, 1980, p. 30-31).

3. “É claro que a participação política estudantil na vida brasileira não se dá de forma contínua ou crescente, mas sim obedece a fases de fluxo e refluxo. Este fenômeno, aliás, não é absolutamente privativo do movimento estudantil: todos aqueles que se dedicam ao estudo da história dos movimentos sociais sabem que estes movimentos apresentam momentos ‘privilegiados’ em que, por fatores conjunturais, eles crescem, abandonam sua aparente letargia e se transformam nas grandes molas propulsoras do movimento histórico” (Mendes Jr., 1981, p. 9).

A segunda característica refere-se aos agentes dessa renovação. Diferentemente de outras ciências no Brasil, a Geografia teve não nos acadêmicos os principais atores da transformação científica. A Geografia é talvez a única ciência que, no Brasil, em sua história recente, passou por um processo tão radical de transformação do pensar/produzir sem a direção exclusiva, ou mesmo principal, da Academia. Para a Geografia, o processo de renovação teve início e meio na intervenção daqueles que estavam fora da Academia – os professores de 1.º e 2.º graus –, e naqueles que estavam nas Universidades e que eram tratados como espectadores – os estudantes. Foi a união desses dois segmentos que garantiu o processo de renovação.

Ao mesmo tempo em que estudantes e professores, que estavam fora da Academia, e também aqueles poucos que, mesmo na Academia, conseguiam realizar a crítica mostravam sua insatisfação com as bases teóricas que fundamentavam o pensar geográfico, mostravam também sua preocupação com o fazer geográfico, ou seja, a serviço de que projeto de sociedade estaria essa ciência, os intelectuais e suas instituições.

O Movimento Estudantil teve participação fundamental no processo de renovação da Geografia brasileira. O Movimento Estudantil garantiu, através da possibilidade de intervenção comprometida com um projeto de mudança e, ao mesmo tempo, descomprometida com as estruturas político-administrativas dos Departamentos formadores, as reformas curriculares e a democratização das estruturas internas da Universidade. Foram os estudantes que, literalmente, “colocaram na parede” os “donos das verdades” geográficas de outrora. A ação direta do movimento, que estava a se nutrir dos novos rumos, daqueles professores que apresentavam um novo pensar geográfico, questionando e forçando mudanças curriculares ou de natureza das políticas departamentais, acabou por detonar as transformações.

Foram os estudantes que levaram para o interior da Academia, por meio de seus encon-

tros, semanas de Geografia, palestras e publicações, o pensamento daqueles que estavam propondo esse novo pensar/fazer geográfico.

Dois eram os lugares possíveis de fazer ecoar os sons da mudança: os Departamentos de Geografia e os fóruns da AGB. O primeiro estava controlado, em sua maioria, por setores conservadores, os quantitativos e os positivistas; o segundo, pelos mesmos grupos que formavam a oligarquia dos Departamentos. Não restava muito a fazer, se a ação se desse apenas no âmbito do científico. Nesse sentido, as mudanças teriam que se dar tanto no âmbito científico como no político. Podemos até arriscar a dizer que as mudanças políticas, naquele momento, poderiam ser mais importantes. O Movimento Estudantil é o agente que vai proporcionar as transformações nesses dois lugares: na AGB, após a intervenção no III Encontro Nacional de Geografia (ENG), e, posteriormente, na Plenária Estatutária de 1979; nos Departamentos, com as denúncias e lutas diárias pela democratização.

A democratização da AGB, que se agitava desde o início dos anos de 1970, e que culminou em 1978, permitiu que aqueles que estavam fora da Academia e, portanto, fora do eixo mais direto da AGB, pudessem ocupar os seus fóruns de debates para divulgar as idéias da Geografia renovada. O cotidiano das seções locais foi fundamental para esse processo, cotidiano agora permitido pela entrada dos estudantes e professores de 1.º e 2.º graus.

Os Encontros Nacionais de Estudantes de Geografia (ENEGs) foram muito importantes no curso dessa história, pois permitiram importantes espaços de disseminação das idéias que fundamentavam a renovação da Geografia, de crítica às estruturas arcaicas dominantes nas Universidades e na AGB. Permitiram, sobretudo, a criação de diálogo e a organização nacional dos estudantes.

A análise objetiva da Geografia brasileira do presente não pode prescindir da determinação precisa do significado da participação dos estudantes no processo de transformação e renovação científica. Nela estão contidas algu-

mas das orientações básicas que dirigem o curso desse processo. Sua atuação só adquire expressão renovadora quando associada a outras forças de renovação; sua força só ganha vitalidade quando integrada a um processo já desencadeado. Não obstante, é preciso compreender sua luta, esclarecer sua premente necessidade de encontrar um campo de ação. E, mais do que isso, é indispensável elucidar sua importância como força no processo de renovação da Geografia.

O Movimento Estudantil marcou sua presença no cenário político brasileiro desde o início do século<sup>4</sup>. Alguns dirigentes políticos que fizeram a história recente do Brasil à frente de movimentos políticos começaram sua experiência política como dirigentes estudantis. Alguns dos principais profissionais<sup>5</sup> que produzem a Geografia nestas últimas décadas e que exercem forte influência sobre o que é pensado e produzido nas Universidades e nos fóruns da AGB fizeram parte do Movimento Estudantil de Geografia.

O engajamento dos estudantes adquire uma conotação criadora. Converte-os num dos agentes da *práxis* que intenta dinamizar o sistema através da implantação de uma nova ordem social que supere, em definitivo, o *status quo*. Cabe, todavia, averiguar os caminhos dessa *práxis* e o significado de que ela deverá revestir-se na transformação da Geografia brasileira.

A identidade, portanto, de um dado movimento de área tem como âncora a disciplina que lhe dá suporte. Logo, o fortalecimento do Movimento Estudantil de Geografia depende da renovação e fortalecimento da própria ciência epistemológica e, socialmente, depende do robustecimento da comunidade de geógrafos e da consolidação das instituições que o fazem ser o que é.

A crítica dos fundamentos epistemológicos é outro passo fundamental, porquanto a simples proclamação não torna a Geografia uma “*práxis*” social transformadora, ou um instrumento dessa “*práxis*”, se os termos são assim mais corretos. Desenvolvê-la implica respon-

der no plano teórico às três questões gerais, postas pela epistemologia às ciências: a Geografia, “o que é”, “para que serve” e “para quem serve. (Moreira, 1980, p. 21).

Não se pode fazer movimento estudantil em Geografia se não se faz ciência geográfica. Essa é a condição *sine qua non* para a existência desse movimento: conhecer e produzir, profundamente, a ciência mesma que o faz historicamente ser. Não há movimento estudantil de Geografia sem produção geográfica feita por estudantes. Se é preciso produzir ciência, não como estudantes isolados, mas por dentro do Movimento Estudantil de Geografia, então é necessário que a estrutura organizativa interna do movimento permita esse fenômeno. Permita, em suma, organizar os estudantes, com vistas a fazer uso da ciência geográfica em torno das ações que tenham como fundamento a ciência.

#### OS ESTUDANTES E A TRANSFORMAÇÃO DA AGB: O MOVIMENTO TAMBÉM SE RENOVA

... Neste momento se discutem os impasses gerados pelo próprio projeto da Geografia enquanto um segmento do saber científico capaz de dar conta, compreender e explicar, enfim, os problemas concretos que se inscrevem no espaço geográfico em que vivemos: poluição; “desequilíbrio” – desigualdades regionais e sociais; as guerras de independência-conquista neocoloniais; redução do espaço geográfico sob controle do capitalismo imperialista-expansão do socialismo, etc. São essas algumas das evidências de uma crise que se materializa em espaços definidos e para a qual os geógrafos teriam que dar a sua resposta – Uma Geografia da Crise... (Gonçalves, 1982, p. 94).

Alfredo Bosi ensina que datas são pontas de *icebergs*, servem apenas para nos fazer sobreviver a um possível naufrágio. Como uma série de números dispostos em uma certa ordem, as datas servem menos para fechar pos-

4. Antes de 1938, data efetiva de fundação da UNE, não se pode rigorosamente falar de um Movimento Estudantil no país. Dessa forma os estudantes universitários só conseguiram organizar-se tardiamente. Assim, antes da criação da UNE, é possível falar da participação circunstancial dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado em torno de alguns objetivos comuns. Como afirmou Poerner: “a falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de uma plataforma de lutas que a motivasse tornaram dispersa e caótica a atuação política dos estudantes universitários durante a Primeira República”.

5. Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Antônio Carlos Robert Moraes, Douglas Santos, Diamantino Pereira, Antônio Thomaz Junior, Jorge Luiz Barbosa, entre outros.

sibilidades do que para abri-las e colocá-las sob a chama de uma profunda iluminação histórica:

Mas de onde vêm a força e a resistência dessas combinações de algarismos? 1492, 1792, 1822, 1922... Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices. Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos. (Bosi, 1992, p. 19).

Por isso, entre datas, muitas, 1978 talvez seja uma daquelas que mais marcaram e marcam a Geografia brasileira dos últimos decênios deste século. Entretanto, esse conjunto de algarismos, coincidentemente, gira em torno de outros acontecimentos importantíssimos para a história recente da ciência geográfica no Brasil.

Mas, se 1978 aparece como uma grande data, a discussão já vinha sendo feita: as grandes rupturas se preparavam. Aqui e ali, geógrafos descontentes, sobretudo os mais jovens, mas também os menos jovens, reuniam-se para falar dos novos rumos. A aglutinação, em nível nacional, foi possível graças exatamente aos encontros e publicações promovidos pela AGB e pelos estudantes.

A razão dessa importância está na conjuntura vivida à época. Vivíamos no período a ascensão dos movimentos sociais operários, a reconstrução do Movimento Estudantil, a véspera da anistia aos exilados e o surgimento de um sem número de organizações que consubstanciariam a fundação posterior do Partido dos Trabalhadores, o PT.

A importância de 1978 está naquilo que antes já acontecera, a ascensão de uma forte institucionalidade geográfica ligada aos ditames do regime de chumbo; uma Geografia aplicada, voltada para o planejamento, baseada em teorias sistêmicas e locais e com fortes ligações com os interesses daqueles que faziam acontecer o *milagre brasileiro*.

Assim, seria necessário um breve retrospecto, inclusive para compreender, a partir de certos currículos, a forte matematização e tecnicização do discurso, combatido de modo veemente por aqueles que se propuseram uma verdadeira *guerrilha epistemológica*. Os traços desse debate encontram rastro no balanço realizado por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que localiza, já em 1972, possibilidades de uma transformação que vingaria depois de pouco mais de meia década.

Não se trata, claro, de uma caça aos nomes simplesmente, mas de uma compreensão ao que se pensava e às ações que faziam implementar os círculos de afinidade, dentro das instituições geográficas, e mais, no interior de uma extensa teia de poder político, dentro daquela sociedade. Havia, nos anos que antecederam Fortaleza, uma espécie de guerra surda no interior da Geografia brasileira, guerra que exprimia a luta duríssima realizada naquele estado de exceção e de Atos Institucionais.

Caso consideremos muitos dos processos em sua inteira significação, perceberemos que 1978 refletiu, dentro da Geografia, as lutas sociais que se realizavam *fora* dela, representando uma clara opção contra o regime à época constituído e um *front* de disputa política.

Nas palavras de jovens autores como Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Antonio Carlos Robert de Moraes, era preciso colocar a Geografia a serviço da luta por uma nova sociedade.

A busca de uma Geografia crítica e atuante deve confundir-se com as lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade. Deve ser orgânica desses movimentos sociais, ao mesmo tempo produto e instrumento deles. O encontro de uma “Geografia Nova” só pode vir da luta por um espaço novo numa sociedade nova. (Moreira, 1980, p. 24).

A Geografia Crítica manifesta-se como a da “perspectiva de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo do

conhecimento geográfico uma arma de combate à situação instituída” (Moraes, 1982, p. 42).

“Esse compromisso com a transformação da sociedade reserva-nos, certamente, um papel importante junto aos trabalhadores no esclarecimento das muitas formas (espaciais) que a burguesia utiliza para aumentar a sua exploração” (Oliveira, 1980, p. 17).

Claro que, como campo, já àquela época havia dissensões, que não eram pequenas, entre aqueles que conformaram esse campo da Geografia Crítica. Entretanto, pouco se sabe quais eram os embates políticos e intelectuais entre aqueles que consolidaram a Geografia Crítica como campo, segundo define Moraes (1982, p. 43): “uma espécie de ‘frente ética’”.

Hoje, passados mais de vinte anos, é possível ver quais eram as diferenças e no que elas se constituíram, no âmbito institucional e político. Uma das razões advém das transformações sofridas no interior desse mundo rapidamente mutante, na opção por novas abordagens teóricas, na aliança com novos compromissos políticos e, por fim, é claro, na depuração do campo que foi a Geografia Crítica.

O episódio do III ENG, em 1978, em Fortaleza, vem expressar na verdade um processo que já vinha tomando corpo na sociedade brasileira, que, a bem da verdade, nunca o abandonou – a busca pela garantia dos direitos democráticos. O III ENG foi rigorosamente um encontro, não apenas no sentido formal dos profissionais de Geografia, mas também de experiências que vinham se desenvolvendo em todo o Brasil, em diferentes lugares, por diferentes pessoas, dentro de uma perspectiva crítica. Um encontro que aconteceu num momento em que a sociedade brasileira passava por grandes transformações, com o reaparecimento de importantes agentes sociais, como o Movimento Operário e o Movimento Estudantil.

Esses desdobramentos que se desencadearam, de forma pública e mais intensa, a partir do III ENG, na verdade foram resultado de um longo período de maturação. Esse evento que, no fundo, se tornou um clássico divisor de águas, refletiu os processos relacionados às

insatisfações e preocupações, que já resplandeciam tenuamente sobre os rumos dessa ciência no país.

No ano de 1978, na verdade, o que existiu foi um encontro dessas coisas que vinham desenvolvendo-se, e, a partir dali, pode-se dizer que se construiu um movimento com algum nível de articulação. O ano de 1978 é assim, conforme Armando Corrêa da Silva, uma ruptura:

Como não ocorria a ruptura política, a ruptura teórica descansava no leito da indiferença oficial. No entanto, ambas ocorreram no mesmo ano de 1978, como mudança de poder na Associação dos Geógrafos Brasileiros e como irrupção do debate intelectual para além dos muros das Academias e Institutos, através do livro de Milton Santos, “Por uma Geografia Nova” (Silva, 1983, p. 76).

Ou ainda, como afirma Moraes:

O Encontro da AGB de 78 é um marco. Tem gente até que minimiza isso, mas eu arriscaria dizer que quem o minimiza como marco é porque não esteve lá. É muito rápida essa hegemonia. Parece que você tem um dique contendo, na hora que abre... [...] Foi muito rápido o processo e é o processo de uma geração. De certo modo, a hegemonia cumpre o objetivo inicial que se desenhou em 75/76/77. O objetivo era esse: renovar. Renovou, agora é tocar para frente... (Moraes, apud Scarim, 2001, p.154).

Essa produção do novo, crítico e elaborado a partir de outros e inovadores pressupostos teóricos, em especial, no Brasil, não encontrou, em princípio, no ambiente da universidade, campo fértil para sua construção. Os Departamentos de Geografia das universidades brasileiras, em sua grande parte com posturas conservadoras e autoritárias, só bem mais tarde vão incorporar em sua agenda o debate sobre os novos rumos que se seguiam na Geografia brasileira e, a partir disso, materializar, através de

seus currículos e publicações, a produção dessa Geografia, que ganhou a marca de crítica. No entanto, através dos congressos, encontros e publicações organizados pela AGB e dos encontros organizados pelos estudantes, o embate científico se fez mais intensamente polêmico e, dessa forma, a renovação ganhou dimensão nacional, e profissionais e estudantes que produziam, de forma ainda marginal, no Brasil, tornaram-se referências importantes desse processo, conforme avalia Moreira:

... o terceiro encontro da AGB foi aquele do marco de mudança da Geografia no Brasil. Os vários grupos, até então clandestinos na Geografia, análogo aos grupos clandestinos na política e na sociedade brasileira, saíram da clandestinidade, com a sociedade abrindo-se um pouco mais democraticamente. Assim, eles vieram à tona, se apresentaram e disseram: “aqui estamos nós”, e então, vamos começar a fazer uma discussão juntos. A força do Encontro de 1978, em Fortaleza, veio exatamente desta movimentação, deste rio subterrâneo, e não das academias, tanto que quando nos encontramos em 1979, na Assembléia para mudar o estatuto da AGB, mudamos com aquela radicalidade toda, porque não foram os professores universitários que criaram a realidade de 1978 (Moreira, apud Scarim, 2001, p. 107).

Muitos dos geógrafos que tanta influência teórica ou política tiveram no Movimento de Renovação da Geografia não estavam nas universidades, que se afirmavam em sua postura conservadora. Eles estavam nas escolas de 1.º e 2.º graus, nos cursinhos pré-vestibulares, ou, ainda, nos cursos de graduação.

Ao fim de mais de vinte anos, a renovação que, gestada nos Congressos e Reuniões da AGB e nos encontros de estudantes, começou a se firmar como renovação que tentava alcançar a ciência geográfica em todas as suas dimensões e manifestações, desde a pesquisa pura até o ensino nos diversos graus, representou uma busca profunda de novos fundamentos teóricos<sup>6</sup>.

Os tênues ventos da abertura política que, de certa maneira, começaram a se fazer sentir em 1978, revigoraram mais um pouco o Movimento Estudantil, que já vinha numa ascendência em termos de fortalecimento e defesa de bandeiras de luta importantes. Esse ano simboliza um momento em que a sociedade civil brasileira passou a conviver, de forma um pouco mais intensa, com uma série de movimentos sociais representativos de vários setores que ganharam as ruas, forçando o alargamento do processo de redemocratização, segundo o que diz Sader:

Quando os novos personagens entraram em cena, vimos o início de uma sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação e, com isso, ‘constituíram um espaço público além do sistema de representação política’ permitida, ou seja, o espaço da participação cívica e trabalhista (Sader, 1988, p.15).

Quando as condições objetivas permitiram maiores movimentações, esses sujeitos históricos aos poucos trilharam um caminho de verdadeira apropriação do seu espaço. O ressurgimento do Movimento Estudantil em 1975 e seu revigoramento em 1977 incrementaram a perspectiva de introdução, em sala de aula, das questões mais gerais da luta política que incendiavam o país e, de certa maneira, abriram alguns hiatos num importante fórum de discussão: a possibilidade de se ampliar a prática política que estava sendo reprimida pela Ditadura Militar.

Por esses motivos, de forma hegemônica no interior desse campo institucional, o primeiro momento foi aquele em que várias questões que envolviam a sociedade civil brasileira foram carregadas para dentro das discussões, envolvendo os estudantes.

Situação reveladora do surgimento de novos espaços de politização mais setorializados,

6. “Os fundamentos de um discurso teórico derivam da perspectiva ideológica em que se põe. Contudo, qualquer discurso só contribui com a realização de suas propostas ideológicas, quando fundado em sólida base epistemológica. Teoria e Epistemologia geram-se mutuamente...” (Moreira, 1980, p. 21).

isto é, a organização da luta política, configurava-se com a articulação de novas áreas, avanços que, de certa maneira, possibilitaram a algumas partes do Movimento Estudantil a compreensão de que uma problematização mais específica estava diante de suas mãos: a discussão sobre o Estado e suas políticas educacionais.

Nesse sentido, o Movimento Estudantil cumpriu papel preponderante no processo, porque, dentro dessa discussão, a aproximação com problemas relativos às questões políticas envolvendo os discursos científicos e com problemas efetivos de ordem epistêmica foi uma questão de tempo. Os estudantes de Geografia com militância mais consistente, insatisfeitos com os encaminhamentos oficiais da sua ciência, criaram, com os profissionais mais experientes, um importante movimento de pressão.

Além das discussões que ocorriam em algumas salas de aula dos centros produtores do conhecimento geográfico, a partir da fundamentação política mais ampla, e dos textos que circulavam, inoculando uma série de novas inquietações, o movimento foi-se organizando no sentido de fazer parte de órgãos representativos relacionados à difusão da Geografia, como a AGB, instituição que, avaliada na perspectiva estudantil, poderia ser mais bem articulada, transformando-se num condutor a mais para a ampliação dos espaços de problematização tão almejados pelos responsáveis pelo movimento de politização do setor.

Com todos esses ingredientes e fatores assinalados anteriormente, o panorama que se estava configurando apontava a seara geográfica onde fosse possível, não ficando impassível à compreensão da natureza de seus discursos. Mas, de forma imbricada, o Movimento Estudantil continuava sustentando as bandeiras gerais da redemocratização da sociedade brasileira, principalmente no que tocava à orientação das políticas educacionais, cujas ações passavam pelo desvendamento do vínculo propagado pelo Estado entre educação e segurança nacional, bem como da reformulação

dos mecanismos responsáveis pelo cerceamento das liberdades de expressão, como o AI-5 e o Decreto 477.

Dentro desse quadro mais geral, as ações da militância estudantil e de profissionais em torno da Geografia começaram a apresentar debates relacionados ao contexto político mais geral da sociedade brasileira, mas numa escala mais próxima às problematizações específicas dessa ciência.

Exatamente no momento em que a excitação das discussões sobre os projetos políticos referentes ao caráter da abertura política alcançou graus elevados de temperatura, ocorreu o III ENG, fórum que repercutiu os rumores das ruas. Nesse evento, além das perspectivas mais internas sobre os rumos da Geografia, deram-se as discussões sobre o papel político que a AGB deveria desempenhar.

Modificar inicialmente a natureza da AGB, para consubstanciar uma entidade democrática e resgatar um canal de expressão dirigido para as questões da produção do saber geográfico no plano acadêmico e do ensino no País, esse era o objetivo; em suma, transformar a entidade numa instância aglutinadora dos que fazem do saber geográfico o seu ponto de incursão na sociedade:

A interlocução que tivemos foi essa, a possível, da academia, afinal de contas, o que a AGB reunia? Academia. O que a Geografia reunia? Academia. Quando, dentro da AGB, nós percebemos isso, rapidamente partimos para botar os professores de 1.º e 2.º graus dentro dela, isso foi no finalzinho de 1980, começo de 1981, porque o que nós queríamos para a Geografia, depois quisemos para a AGB – uma entidade da sociedade civil, envolvida na mesma luta geral da sociedade brasileira, uma sociedade diferente, etc. e tal! Então, olhando para o espectro do segmento da Geografia e mapeando as suas movimentações, na época, percebemos que só haviam dois segmentos que estavam nesta perspectiva de envolvimento geral, no movimento de mudança da sociedade brasileira, os professores do 1.º e 2.º graus e os estu-



dantes universitários. Deslocamos a AGB para uma espécie de concentração nos professores do 1.º e 2.º graus, mas não é uma massa que tenha, como os professores universitários, a mesma presença (Moreira, apud Scarim, 2001, p. 111).

Esse fato foi concretizado no ano seguinte (1979), quando, em reunião extraordinária, em São Paulo, se desencadeou a mudança no regulamento interno da AGB. O resultado dessa reorganização no plano administrativo-político permitiu, finalmente, a participação de estudantes e de outros geógrafos que, até então, não tinham sido contemplados com a adesão.

Um dos saldos, talvez o mais positivo, provocados pelo fluxo de mudanças iniciadas em Fortaleza, de certa maneira, foi o fortalecimento do processo de intervenção estudantil nas discussões da Geografia.

No meio de toda essa história, com grande impacto sobre ela, estiveram os estudantes. Mas não estiveram apenas como aqueles que, quando mais ninguém esperava, tomaram de assalto a plenária final de 1978 e, de súbito, viraram o jogo. Esses estudantes, muitos deles estavam também no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, outros fundaram depois a Central Única dos Trabalhadores (CUT), alguns viviam os últimos anos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sem Prestes, outros haviam acabado de se tornar professores universitários. Boa parte daquilo que consolidou a Geografia saiu, não por encanto, da cabeça desses jovens que viam na Geografia um instrumento revolucionário e que, em forma de frente ampla, revolucionaram a Geografia brasileira.

Esses jovens não tomaram à força a AGB de 1934, como muitos, que abandonaram a Associação após as mudanças, ainda hoje querem fazer crer. Fizeram também por sua disposição intelectual, por suas experiências externas à Geografia<sup>7</sup>, por suas perspectivas políticas. A busca do entendimento do papel dos estudantes e de seus movimentos serve para revelar até onde, e de que modo, a plenária de

1978 foi sacudida por aquela onda de novos sócios da AGB.

Ao tentar construir uma idéia quanto à importância e à participação do movimento estudantil de Geografia nas últimas décadas, podemos fazê-lo através das intervenções realizadas por esse movimento dentro dos limites da organização que o mesmo vem desenhando desde 1978, quando da retomada democrática da União Paulista dos Estudantes de Geografia (UPEGE) pelos estudantes de esquerda; da realização do I Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG), em 1979, e também da realização da Assembléia Geral Extraordinária da AGB para fins de reformulação de seus estatutos.

O cenário que se configurava no Brasil contagiou o ambiente da AGB e principalmente o dos estudantes de Geografia. Os estudantes, sobretudo os de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás, apresentavam sinais de organização através de entidades que, de maneira ainda discreta, iam dando conta das políticas que, apresentadas pelo discurso da ciência geográfica, estavam na ordem do dia numa sociedade reprimida. A Geografia, em particular, viveu um estado de efervescência. Em várias partes do país, surgiram movimentos de crítica e renovação que impulsionaram a ciência no caminho de sua redescoberta. Os estudantes tiveram um papel muito importante nesse momento, questionando a ordem autoritária vigente na sociedade brasileira e na AGB. Então a AGB, de certa forma, sofreu a crítica de todo um autoritarismo na forma de aceitação dos sócios. Ela levava a uma crítica pertinente às suas estruturas internas, mas essa crítica veio no bojo geral de todas as formas autoritárias.

Há uma diferença porque na década de 70 queríamos fazer política, era necessário fazer política. Na década de 80 queríamos fazer política, mas com o mínimo de sustentação na epistemologia, já que não nos bastava apenas fazer política, queríamos que a política fosse instrumentada por um discurso com o mínimo de rigor teórico conceitual aceitável, com um

7. Boa parte dos estudantes e geógrafos críticos de primeira aguada veio, quase sem exceção, das organizações de esquerda existentes no Brasil e buscavam resistir à Ditadura Militar. Vieram do PCB, da POLOP, do PC do B, de Organizações Trotskistas, do MR-8, etc.

mínimo de fundamentação ontológica e epistemológica...(Moreira, apud Scarim, 2001, p. 115-116).

A mudança política, a que se refere Ruy Moreira, foi acompanhada de uma ação de ruptura com a antiga forma de produção do saber em Geografia no Brasil, o que, em outras palavras, quer dizer também uma ruptura epistemológica.

Um 'corte epistemológico' só se opera radicalmente em uma ciência se emerge de fundo mergulho crítico nos próprios fundamentos em que a ciência está apoiada (Moreira, 1980, p. 21).

Depois, a AGB, por muitos anos nesse processo, sustentou-se graças à ação dos estudantes e, de certo modo, foi para muitos uma grande escola. Por isso, aí entram algumas questões: Por que os estudantes que conseguiram mudar a AGB precisavam de um movimento estudantil? Qual a diferença de qualidade, em termos de formação política e científica, oferecida pela AGB e pelo Movimento Estudantil de área? Em outras palavras: O que os estudantes, aprenderam e aprenderiam no Movimento Estudantil que não era oferecido na AGB? Uma das possíveis respostas é que, no Movimento Estudantil, os estudantes eram detentores de maior autonomia para formular política cientificamente. Além disso, o Movimento Estudantil possibilitava uma ação política direta, sem restrições, sem limites – se na AGB os estudantes faziam a política pela ciência, no caso do Movimento Estudantil de área os estudantes faziam política e depois buscavam formas de consolidar sua atuação com a produção intelectual específica.

## CONCLUSÃO

A Geografia Crítica, seus modos, meios e processos constituíram um destacado papel no seio dessa comunidade científica no Brasil, o que pode ser comprovado a partir da análise de documentos e textos referentes aos encontros e congressos nacionais na área, na década de 1980, nos quais se percebe expressivo aumento da discussão dos fundamentos da Geografia e de seu papel na sociedade, no ensino e em outras instituições sociais.

A compreensão desse processo faz-se plena a partir do entendimento das medidas e das maneiras pelas quais o Movimento Estudantil em Geografia foi responsável para consolidação do campo epistemológico da Geografia Crítica no Brasil. Essa construção epistemológica, que foi depois abrigar-se até nas páginas dos livros didáticos, entrar nos circuitos mais conservadores, fazer escola enfim, foi em grande parte constituída por um bando de jovens de poucas peias institucionais e às vezes muito cabelo, muitos recém-egressos dos movimentos sociais, grande parte deles com fortes ligações com a esquerda que arrastou a Ditadura, reconstruindo a UNE, fundando a CUT, mudando os rumos da AGB. Por isso, vez ou outra não de se cruzar os caminhos entrelaçados da AGB e dos estudantes, de uma AGB que, a partir de 1978, passou a contar em seu quadro de sócios com estudantes de graduação, agora considerados profissionais em formação. É possível até afirmar, com algum risco, que sem o Movimento Estudantil de Geografia, a história da Geografia Crítica no Brasil teria sido outra, como outra foi a AGB pós-1978.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J.A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 15-35.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia em la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CAVALCANTI, L. de S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1988.
- CERTEAU, M. de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 98-112 .
- CODATO, A. N. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- CORRÊA, R. L. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 115-130.
- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- GARCIA, M.A. VIEIRA, M.A.(org). *Rebeldes e Contestadores – 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. A geografia está em crise: viva a geografia. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 93-113.
- LACOSTE, Y. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1989.
- MARTINS FILHO, J.R. *A Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MARTINS FILHO, J.R. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus Editora, 1987.
- MENDES JÚNIOR, A. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MORAES, A. C. R. Em Busca da Ontologia do Espaço. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 65-74.
- MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33-63.
- MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil (1978-1988). *Geographia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*, Niterói, ano II, n. 3, p.25-49, semestral, 2000.
- MOREIRA, R. Geografia e Práxis. *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 19-30.
- OLIVEIRA, A.U. É Possível uma “Geografia Libertadora”? *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 13-18.
- POERNER, A. J. *O poder jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SCARIM, P. C. *Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira*. 2001. 343f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, SP, 2001.
- SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais*. Florianópolis: Edufsc, 1987.

- SILVA, A.C. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teórica. *Boletim Paulista de Geografia*, n.60. São Paulo: AGB-São Paulo, 1983.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Revista de Cultura e Política Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 5-18, trimestral, 1989.

### RESUMO

O movimento de renovação da Geografia brasileira e as mudanças na estruturação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que se deram no final dos anos 70, têm no Movimento Estudantil um agente fundamental para a efetivação dessas transformações. O presente trabalho tem como objetivo central apresentar uma discussão/análise sobre a importância dos estudantes e do Movimento Estudantil de Geografia no processo recente de construção da Geografia Brasileira.

### PALAVRAS-CHAVES

Movimento estudantil – renovação da Geografia brasileira

### ABSTRACT

The renovation movement in Brazilian Geography and the changes in the structure of AGB (Association of Brazilian Geographers), which happened in the seventies, have both in the students movement, a fundamental agent of transformation. This paperwork has a central objective to present a discussion/analysis about the importance of students movement in the recent process of constructing Brazilian Geography.

### KEY-WORDS

Students movement – renovation of Brazilian Geography